

# A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DAS TRAVESTIS E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO ÀS MARGENS DA BR-304 EM ARACATI CE

## CONSTRUCTION OF GENDER IDENTITY OF TRAVESTIS AND ACCESS TO THE LABOR MARKET: AN ANALYSIS OF BR-304 BRIDE PROSTITUTION IN ARACATI CE

*Cobra Preta dos Santos Galvão<sup>1</sup>  
Maria Cláudia Batista Silva<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente artigo propõe uma análise crítica dos processos que engendram a prostituição de travestis no “Posto de Gasolina”, na BR-304 em Aracati CE fruto de pesquisa bibliográfica e de campo. Trazemos, portanto, alguns apontamentos a respeito da relação entre identidade de gênero e acesso ao mercado de trabalho, mostrando, à luz da ciência, a compreensão sobre o processo de construção da identidade das travestis e os impactos do preconceito a romper vínculos familiares e comunitários, as dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho e a estratégia de sobrevivência das travestis através da prostituição como parte da construção de sua autonomia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Travesti. Identidade de Gênero. Prostituição. Trabalho.

### ABSTRACT

This article proposes a critical analysis of the processes that engender the transvestite prostitution in the “Gas Station”, on BR-304 in Aracati CE, the result of bibliographic and field research. Therefore, we bring some notes about the relationship between gender identity and access to the labor market, showing, in the light of science, the understanding of the process of building the identity of transvestites and the impacts of prejudice to break family and community ties. , the difficulties of access to the formal labor market and the strategy of survival of transvestites through prostitution as part of the construction of their autonomy.

**KEYWORDS:** Transvestite. Gender Identity. Prostitution. Job.

### 1. INTRODUÇÃO

As rodovias brasileiras têm muitas histórias de vida e trabalho para ser contadas, idas e vindas, encontros e desencontros, passagens e paradas. Estacionamos no Posto BR em Aracati e nos deparamos com um cenário provavelmente comum para quem vive na estrada, ainda um tanto distante da academia, a prostituição de jovens travestis.

Segundo o Relatório da Violência Homofóbica no Brasil publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), a transfobia faz com que esse grupo “acabe tendo como única opção de sobrevivência a prostituição de rua”. Não é mera força de expressão. Estimativa feita pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), com base em dados colhidos nas diversas regionais da entidade, aponta que 90% das pessoas trans recorrem a essa profissão ao menos em algum momento da vida.

---

<sup>1</sup> Cobra Preta (Felipe dos Santos Galvão) é Assistente Social, formada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e-mail: cobrapreta.artes@gmail.com.

<sup>2</sup> Maria Cláudia Batista Silva é Bacharel em Serviço Social e Pós-Graduada em Políticas Públicas de Assistência Social pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e-mail: clanegrita1@hotmail.com.

Falar de transfobia no Brasil é ainda um assunto muito delicado, sendo este país o que mais mata travestis no mundo. Segundo o IBGE em 2016 foram 127 casos de assassinatos, um a cada 3 dias. A expectativa de vida de travestis no Brasil é de 35 anos, menos da metade da média nacional, que é de 75 anos. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)<sup>1</sup> afirma que as denúncias de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis aumentaram 94% no país entre 2015 e 2017. Os casos incluem também abusos psicológicos, discriminação e violência sexual. A ONG europeia Transgender Europe (TGeu)<sup>1</sup> afirma que 78% dos homicídios de travestis e transexuais são em países da América Latina. No Brasil, segundo relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2016 – considerado como o ano mais violento para pessoas LGBT’s desde 1970 –, 343 pessoas foram mortas em todo o Brasil. Em 2017, o GGB<sup>1</sup> registrou, até o dia 20 de setembro, 277 homicídios, tal dado faz parte de uma estatística que, segundo a ONG, tem aumentado no Brasil.

Nos percursos trilhados por nós em nossa trajetória de vida e trabalho, estivemos em contato direto e constante com diversas travestis, desde a época da escola nas apresentações de teatro e dança, nos desfiles dos Carnavais Culturais de Aracati<sup>4</sup>, nas quadrilhas, etc.; o contato com as travas<sup>3</sup> faz parte do nosso cotidiano, o convívio com elas nos faz despertar um olhar crítico sobre o tão cristalizado ser masculino e feminino. Ter a amizade e poder desfrutar da companhia das travas nos mais diversos espaços pode nos despertar para um olhar colorido e diferente, buscando perceber no outro, sua essência. Em rodas de conversas rotineiras em encontros casuais, as travestis explanavam sobre suas vidas e, principalmente, sobre seu trabalho com a prostituição. As experiências fruto de trocas cotidianas de trabalho, afeto, arte, colaboração, nos trouxeram múltiplas inquietações sobre as travas, primeiramente com a curiosidade de compreender o fato de ter um sexo biológico e se entender como o inverso desse sexo, em seguida, sobre a relação social que a prostituição tem em suas vidas e vice-versa. Tais questões despertaram em nós o desejo de aprofundar nossos conhecimentos a respeito do trabalho das travestis que estavam inseridas na prostituição.

Enveredamos então na pesquisa que culminou no trabalho monográfico intitulado: “CORPOS ESTIGMATIZADOS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS QUE ENGENDRAM A PROSTITUIÇÃO DE TRAVESTIS NO POSTO DE GASOLINA ÀS MARGENS DA BR-304” orientado pela Professora Mestra Nayara Nobre do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe. A inserção no universo da prostituição das travestis revelou-se para nós numa pluralidade de sentimentos e princípios acerca das personalidades humanas. Outrossim, contribuiu para preencher de determinações a realidade da prostituição das travestis às Margens da BR-304 no município de Aracati. Determinações estas que com o passar do tempo foram se somando a outros conhecimentos e ao trabalho da Assistente Social Cobra Preta (Felipe dos Santos Galvão), Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com quem demos aprofundamento à pesquisa a qual partilhamos neste artigo e outras produções.

É nesse sentido que o presente trabalho propõe uma análise crítica dos processos que engendram a prostituição de travestis no “Posto de Gasolina”, na BR-304 em Aracati-CE. Esta análise se deu através de pesquisa bibliográfica e de campo, onde realizamos entrevistas com cinco travestis que se prostituem no Posto BR de Aracati, que toparam participar da pesquisa. As entrevistadas assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aceitando a posterior divulgação dos resultados que ora apontamos neste artigo.

---

<sup>3</sup> No processo de construção do nosso trabalho monográfico identificamos nas falas das entrevistadas a utilização comum do termo trava para se referir às colegas travestis, desde então optamos por, em alguns momentos, utilizar a expressão travas no decorrer do texto.

Apresentamos aqui alguns apontamentos da relação entre identidade de gênero e acesso ao mercado de trabalho, mostrando, à luz da ciência, a compreensão sobre o processo de construção da identidade das travestis e os impactos do preconceito a romper vínculos familiares e comunitários, as dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho e a estratégia de sobrevivência das travestis com a prostituição construindo sua autonomia.

## 2. IDENTIDADE DE GÊNERO E SOCIEDADE

A identidade do ser social no atual modelo de “relações patriarcais de gênero” nos faz pensar em uma definição para os seres sociais engessada e retílinea. Para Lima (2011, p.166), “o conceito de identidade nos parece como um dos mais difíceis de explicar e entender. Talvez por que em um primeiro momento ele nos pareça óbvio, pois todos nós ao longo da vida vamos construindo nossa identidade”. Essa construção é objetivamente influenciada pelos ciclos sociais que o indivíduo se insere/inseriu: família, escola, amigos, grupo de trabalho. Na sociedade patriarcal e heteronormativa<sup>4</sup> em que vivemos há uma expectativa a ser cumprida por cada indivíduo com relação ao sexo biológico com a tendência de seguir a patologização da coerência entre sexo-gênero-sexualidade. Nesse sentido, Oliveira (2016) aponta que não se deve pensar apenas na identidade humana projetada em um sujeito singular, mas atribuir essa identidade a um humano-genérico que se transforma ao longo da sua história.

Sabe-se que ao descobrir o sexo biológico da criança a família cria uma história de vida sobre esse sexo. É como se o sexo biológico do ser carregasse a projeção da vida desse indivíduo. Menegat (2012, p. 53) afirma: “O sexo e o corpo tem uma história e a diferença entres os sexos ocupa uma posição central e, ao mesmo tempo, inequívoca na delimitação dos espaços destinados a homens e mulheres na sociedade”. Há, portanto, uma predeterminação comportamental fincada na idealização do sexo. Ou seja, se nascer menino, vai gostar de azul, vai ser jogador e se for menina precisa ser meiga, ter o desejo de ser mãe; esses (pré)conceitos trilham a vida do ser social assim que seu sexo biológico é sabido.

Como assevera Soares (2012, p. 2) “As relações de gênero transformam seres biologicamente machos e fêmeas em homens e mulheres em seres sociais”. É o que pesquisadores da atualidade têm chamado de cisgeneridade, quando uma pessoa nasce com um sexo e seu gênero corresponde ao gênero socialmente atribuído a este sexo, já a transgeneridade é compreendida como o oposto disso, quando o gênero da pessoa não corresponde ao que foi atribuído a seu sexo, podendo ser o gênero oposto ou mesmo estar em processo desconhecer outras possibilidades do gênero.

Gênero é relacional, sócio-histórico, pois não nascemos homens ou mulheres, mas apreendemos ao longo da nossa existência, o ser homem e o ser mulher, assim nos tornamos a partir de nossas experiências (SOUZA, 2012, p. 3). Adelman (2000) concorda que o gênero é efetivamente uma instância primordial da ideologia do ser social. Uma vez que o gênero é a possibilidade de você buscar quem você realmente é na sua essência,

---

<sup>4</sup> Quando falamos de uma sociedade heteronormativa nos apoiamos no conceito de Meyer (2011, p.

43) ao tratar da heteronormatividade: [...] como aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. Desde uma perspectiva que enfatiza o caráter constitutivo da linguagem, o termo heteronormatividade, cunhado em 1991 por Michael Warner, é então compreendido e problematizado como um padrão de sexualidade que regula o modo com as sociedades ocidentais estão organizadas. Trata-se, portanto, de um significado que exerce o poder de ratificar, na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexos diferentes.

independentemente do sexo biológico que lhe é atribuído, essas construções ditatoriais dos sexos se esvaem de sentido.

Ferreira (2014, p. 46) afirma: “É preciso, ao contrário assumir sempre uma parcela de risco e de dúvida ao construir uma caracterização a respeito dessa identidade de gênero, mesmo por que é pela diferença que essas pessoas operam e são performatizadas”. Neste caso, o risco que se nos apresenta na sociedade é a cristalização de identidades sobre os sexos dos sujeitos. Por em dúvida tais identidades ou mesmo desconstruí-las é um desafio e luta milenar e constante das pessoas que reivindicam para si identidades fora dos padrões masculino/homem, feminino/mulher.

Uma problemática que envolve a dificuldade da sociedade heteronormativa e patriarcal em assimilar as travestis está primordialmente ligada à questão de gênero, já que elas vivenciam um processo transicional, desconstruindo a necessidade socialmente imposta de estar enquadradas no gênero tido como masculino (AMARAL, 2013). As travestis são pessoas que desafiam a ordem binária imposta pelas “relações patriarcais de gênero”, naturalizada pela sociedade (OLIVEIRA, 2016). Elas olham-se de dentro para fora não atribuindo para si às normatividades que seu sexo impõe, tudo é uma questão de se fazer compreender enquanto pessoa física que, muitas vezes, (ainda) tem um corpo masculino, o sexo masculino, contudo tem desejos, o jeito de ser, o modo de falar e se impor na sociedade, a vestimenta, indumentária, que compõem seu dia-a-dia, são formas historicamente associadas ao feminino. Esse misto de masculino e feminino, a transitoriedade, embaralham-se para o senso comum, tornando complexa, para as mentes enquadradas na heteronormatividade, a compreensão – e mesmo a aceitação social – do indivíduo travesti. Dessa forma a construção da figura da travesti trilha o caminho da quebra do óbvio com relação ao que se entende sobre sexo biológico interligado com a identidade de cada ser social.

Além disso, o próprio processo de aceitação da travesti com seu corpo/sexo/gênero envolve complexidades, afora do que pretendemos estudar, que vale apenas ser mencionadas, o fato da vivência travestir estar relacionada a um processo maior de transição de gênero e/ou de sexo. Algumas vezes pode ser um intenso e constante processo de transição. O percurso para aceitação enquanto ser – que socialmente precisa ser lido como – feminino começa com a transformação do corpo. Essa construção regulamentar da sexualidade, dos desejos e dos corpos de cada indivíduo nos faz pensar na disciplinarização da identidade corporal e sexual de cada ser e a pensar o papel que a família, a sociedade e o Estado exercem nesse processo.

### **3. A AUTOCONSTRUÇÃO DO SER TRAVESTI E A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA: o preconceito e o rompimento de vínculos**

Miskoci (2012) aponta que o indivíduo é parte de um todo maior, que ele forma junto com os outros. Sabendo que a família é o primeiro e um dos principais espaços de socialização dos sujeitos, a (des)construção corporal, sexual e de gênero das travestis se apresenta, primeiramente, no seio familiar, o primeiro núcleo social que estas pessoas tem a oportunidade de estar e conviver. A família como espaço educativo e de formação é espaço de reprodução de valores da sociedade. Também, e por isso, esse espaço é onde se inicia a saga das travestis enfrentando os preconceitos, estigmas e tabus de uma sociedade que só reconhece e entende aqueles sujeitos perfeitamente encaixados numa das partes da divisão sexual dos seres biológicos em que o sexo determina o gênero: “menino é menino e menina é menina e não se discute”.

Canevacci (1984) fala que a função socializadora da família nos instiga a pensar que é nela onde a identidade dos indivíduos será construída com bases nas relações que são instituídas no âmbito familiar. No seio familiar o indivíduo ocupa uma identidade construída historicamente sob signos e anseios da família e seu meio social está familiarizado em vê-lo, e mesmo, pensa-lo através do seu sexo biológico. Identidade esta

que é quebrada pelas travestis a partir do momento que as mesmas transformam e moldam seus corpos a fim de satisfazer o gênero a que pertencem.

Para Benedetti (2005, p. 18) “travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização<sup>5</sup>”. Como pudemos identificar em nosso estudo monográfico, muitas vezes as travestis transformam seu corpo por meio da utilização de um hormônio feminino chamado Perlutan<sup>6</sup> – por vezes de forma clandestina, outras vezes sob prescrição médica –, hormônio que age no crescimento dos seios e modulação da voz feminina. Existem algumas travestis que, por falta de condições socioeconômicas, se obrigam a fazer uso de óleo industrial, substância tóxica, por meio de injeções para ajudar no crescimento de partes do corpo como bunda e quadril. Tais processos, provocam imediatas transformações no corpo do indivíduo travesti e, com isso, tudo automaticamente muda: a forma de andar, de se portar até a voz acompanha a mudança. E são essas mudanças corporais, sociais e comportamentais que vão trilhar o caminho da travesti na sua vida e no seu espaço social.

Canevacci (1984) afirma que a natureza representa a realidade objetiva do mundo material, mundo esse que é ao mesmo tempo interior e exterior ao ser humano. A família naturalmente tem uma conexão com esses dois mundos que são articulados e inseparáveis. Na origem da família está presente um grande elemento a ajuda mútua. Com tudo, as travestis são privadas desse apoio familiar a partir do momento que decidem revelar sua identidade de gênero e abalam de certa forma a ordem normativa das relações familiares. Kulick (2008) coloca que o primeiro rompimento que acontece na vida das travestis se dá no habitat familiar.

“João cresce e decide que não é mais João e sim Maria”, esse processo de transformação do corpo e da identidade do ser travesti desconstrói a identidade construída no imaginário da família. Fato que, muitas vezes, incompreendido como um processo pessoal e tratado como “assunto de família”, acaba por complexificar a aceitação destes sujeitos no meio familiar. A não compreensão da família sobre o processo de transformação corporal da travesti e, a conseqüente, não aceitação da sua nova identidade leva, muitas vezes, como pudemos identificar em nosso estudo monográfico, à expulsão da travesti do convívio familiar, rompendo vínculos sociais e afetivos, restando a ela a rua como espaço de moradia, vida e sobrevivência.

#### **4. A RUA DA SOBREVIVÊNCIA: mercado de trabalho para quem?**

Amaral (2013) em suas colocações defende que o mover da sociedade se caracteriza por relações de gênero definidas e normativas e quem não se enquadra logicamente vai ser excluído de alguma forma. O ser travesti e a desconstrução do gênero, do corpo e da identidade social efetivada em sua vida, na família e no meio social tem implicado, eminentemente, no abandono das mesmas pela família.

Não tendo, pois, o apoio da família e não sendo respeitadas enquanto cidadãs nas relações sociais presentes na sociedade, as travestis se veem sozinhas sem meios para

---

<sup>5</sup> A cirurgia de transgenitalização, conhecido popularmente por “mudança de sexo”, trata-se de um processo médico cirúrgico em que o sujeito, após um período de acompanhamento psicossocial, consegue realizar a troca do órgão genital. No Brasil essa cirurgia pode ser realizada no âmbito do Sistema Único de Saúde conforme a Portaria número 2.803, de 19 de novembro de 2013.

<sup>6</sup> Conforme a ANVISA, o Perlutan é um remédio “[...] indicado para prevenir a gravidez, sendo um contraceptivo (anticoncepcional) injetável à base de hormônios para uso em dose única mensal. Pode também ser indicado para o controle de irregularidades menstruais e como tratamento para problemas hormonais de falta de estrógeno ou progesterona”. Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila\\_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=11697102016&pldAnexo=3047175](http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=11697102016&pldAnexo=3047175)>. Acesso em: 15 out. 2017.

sobrevivência, e o único lugar que às acolhe é a rua. Rua esta que diretamente vai ser seu local de trabalho e o uso do seu corpo o modo de sobreviver, por meio da prostituição. Então, todos esses fatores de exclusão que praticamente jogam às travestis nas ruas são diretamente responsáveis por sua inserção subordinada na prostituição, o que muitas vezes é tido como escolha, se nos revela para nós como falta de opção.

Tais processos empurram de súbito as pessoas travestis a viverem nas ruas, à mercê da solidariedade de conhecidos ou desconhecidos. O que nos leva a indagar: o que a sociedade tem feito para lidar com as pessoas abandonadas? Particularmente, na realidade das travestis que estudamos percebemos a construção e a existência de uma incipiente rede de laços, novos laços familiares, de solidariedade e acolhida, por parte de amigos e/ou familiares.

Maria Ilidiana (2009) afirma que no Brasil a elevada concentração de riqueza tem gerado condições extremas de desigualdade social que a cada momento tem ampliado o fosso que separa os ricos da grande massa de miseráveis, massa essa muitas vezes composta por trabalhadores que perderam seus empregos e não conseguem mais se inserir no mercado de trabalho. A “opção” que muitas vezes resta para esses sujeitos é sua inserção em atividades que lhes deem condições de sobrevivência.

Nesse sentido, a prostituição tem sido para as travestis estratégia de garantia da sobrevivência para assim suprir as necessidades básicas das mesmas. Dessa maneira o espaço encontrado para desenvolver seu trabalho pelas travestis estudadas é o Posto de Gasolina Br, às margens da BR-304 no quilometro 47, em Aracati, que tem por nome oficial Posto e Transportadora Doth LTDA e está em funcionamento desde setembro de 1999, ou seja, há 17 anos. O local é historicamente um ponto de prostituição de travestis da cidade.

Para muitas travestis o que resta é se prostituir quando não conseguem o acesso ao mercado de trabalho. O preconceito e a falta de perspectiva em encontrar um trabalho formal, e ainda diante das exigências de escolaridade e qualificação profissional, as travestis se veem diante de uma muralha a separá-las e distanciá-las do mercado formal de trabalho. Vale ressaltar que a escola, assim como as famílias, também não tem se configurado como um espaço acolhedor para as travestis, que acabam por evadir, no Brasil, afirma João Paulo Carvalho Dias<sup>7</sup>, esse número chega a 82% para travestis e transgêneros. “A gente ganha diariamente para sair, para passear dar uma volta fazer programa que é o que a sociedade ainda permite as travestir fazer por que emprego para travestir não é fácil gata.” (SHERLY SOARES)

Nesse sentido a ocupação prostitucional é vista pelas travestis como estratégia de garantia da sobrevivência para assim suprir as necessidades básicas das mesmas. Para muitas é o que resta quando não conseguem o acesso ao mercado de trabalho. O preconceito e a desesperança em encontrar um trabalho mediante a falta de escolaridade e a desqualificação profissional fazem com que as travestis acreditem que a prostituição é o único caminho que resta, pois, as mesmas não cumprem com as exigências e paradigmas do mercado formal.

As travestis se veem num convívio social que, assim como correm os carros nas estradas, corre e passa sem perceber, transformações que vão de um pólo a outro numa velocidade incomum onde a sobrevivência é a lei e a ordem é trabalhar, este complexo metabolismo da vida travestida e da própria sociedade, da informação da tecnologia, exige destes sujeitos a sagacidade e a criatividade da sobrevivência. Ir para o “ploc” que é como as travas definem o ato de ir fazer programa – a única saída encontrada para muitas delas. Outras mesclam a prostituição com trabalhos artísticos, bem inconstantes, como Drag Queen fazendo shows em boates, criando performances, participando de concursos de Drags, criando possibilidades de sobreviver pelo veio artístico – comum a

---

<sup>7</sup> Presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=15833>> Acesso em: 14 set. 2019.

elas. Isso não impede de permanecerem sendo submetidas aos preconceitos e aos olhares julgadores e determinantes de uma existência relegada ao submundo do trabalho e ao escárnio, sob os estigmas de uma sociedade moralista, patriarcal, heteronormativa. Diante disso, também nos perguntamos: quais políticas públicas o Estado tem efetivado para essa população? Qual política de emprego e renda, tem sido pensada?

Nesse sentido, em se tratando das relações de trabalho, no ano de 2000 houve a inclusão da/o profissional do sexo dentro da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As ações coordenadas pelo MTE nas discussões relacionadas ao estatuto do trabalho sexual refletiram novas tendências em relação à prostituição no Brasil. O novo CBO traduz o reconhecimento por parte do MTE da “profissional do sexo” como trabalhadora, tal fato é considerado uma inovação ante o modelo tradicional adotado no país para o enfrentamento da questão da prostituição. A ocupação de “profissional do sexo” indexada na CBO com o número 5198-05, faz parte da família “prestador de serviço” e inclui também as denominações “garota/o de programa” “messalina”, “michê”, “prostituta”, “transexual” e travestis”. Com esses avanços criou-se a Federação Nacional de Trabalhadoras do Sexo (FNTP), fundada em 2003, tendo como suas principais bandeiras a luta contra a exploração sexual.

O tema da prostituição se tornou pauta no Parlamento Brasileiro, novamente, em fevereiro de 2003 através do Projeto de Lei 98 de 2003 (PL 98/2003) deputado Fernando Gabeira do Partido dos Trabalhadores (PT) que propunha exigibilidade de pagamento por serviços de natureza sexual e suprimir os art. 228, 229 e 230 do Código Penal que consideram a prostituição como crime. Em sentido contrário ao PL 98/2003 cria-se o Projeto de Lei 2169/2003, do Deputado Elimar Máximo Damasceno do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) que tipificava a prostituição como crime. Desde então o projeto foi arquivado, com várias tentativas de retomada e, no entanto, permanece arquivado. Os obstáculos à tramitação e à aprovação do Projeto Lei 98 de 2003 no Parlamento Brasileiro, que visa desmistificar e retirar a prostituição do cunho de crime tem sido barrado principalmente pela resistência de grupos organizados de políticos, conservadores de bases firmadas em tendências religiosas, preconceituosas e moralistas.

Nesse cenário de luta por representatividade e reconhecimento situamos o Projeto de Lei 4.211 de 12 de junho de 2016, nomeado de Gabriela Leite<sup>8</sup>, elaborado pelo deputado Jean Wyllys do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Nesta proposição<sup>9</sup> considera-se profissional do sexo toda pessoa capaz e maior de dezoito anos que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração. Entretanto, até o presente momento o projeto encontra-se parado na Câmara. Não obstante, situamos haver um avanço no tocante a promoção do debate sobre o tema prostituição nos tramites da lei. Isso, entretanto, ainda não significa a modificação do estatuto da prostituição ou seu reconhecimento como um trabalho como outro qualquer.

É certo que o trabalho pode ser tratado como mecanismo que resguarda um valor social, sendo esse trabalho digno concretiza e viabiliza as relações sociais dos sujeitos atuantes nos diversos núcleos sociais. Delgado (2007) defende diretamente que o trabalho assume o caráter de ser o mais relevante meio garantidor de um mínimo de poder social para grande massa da população que é destituída de riqueza e de outros meios lícitos de

---

<sup>8</sup> O projeto foi assim batizado em homenagem à escritora, ex-aluna de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e Presidente da Organização Não Governamental (ONG) Davida que, aos 22 anos, decidiu virar prostituta. Gabriela Leite esteve atuando ativamente na luta pelos direitos das prostitutas até sua morte em 2013.

<sup>9</sup> Segundo o texto do projeto as profissionais do sexo poderão atuar de forma autônoma ou em cooperativa e terão direito a aposentadoria especial com 25 anos de serviço, benefício a ser concedido através da Lei 8213/91, garantindo assim a aposentadoria especial por estar exercendo uma atividade de alto risco para saúde e integridade física.

seu alcance. Podemos verificar essa posição na fala da travesti entrevistada Sabrina Braga onde a mesma coloca que “Fui ao posto com 13 anos de idade, pois queria comprar minhas coisas e realizar meus sonhos através da prostituição a única forma de trabalho para elas”.

Gabriela Delgado (2007) constada então que não há qualquer razão para o direito ao Trabalho tolerar as relações de trabalho que não sejam capazes de dignificar o homem. Daí se apresenta o paradoxo onde encontrar ou garantir a dignidade na prostituição das travestis, situação em que o ser social nela envolvido está sujeito a diversas privações, sendo, no entanto, este trabalho, ainda que subjugado, o único espaço a garantir a este mesmo ser a manutenção da vida, a sobrevivência?

O caminho até hoje percorrido nos mostra diversos processos e dimensões a se intercruzar nas idas e vindas do intenso e dinâmico cotidiano das travestis a vivenciar em seus corpos a (des)construção da identidade de gênero em uma sociedade heteronormativa, que somada à luta pela sobrevivência, a necessidade do trabalho, exigiram/exigem das travas além de criatividade e sagacidade a necessidade de reconhecimento: no plano objetivo, de seus direitos civis<sup>10</sup>, sociais<sup>11</sup>, políticos e, no plano subjetivo, da tentativa de tornar tais pessoas visíveis perante a sociedade e o Estado enquanto sujeitos que mesmo fora desses padrões, seguem seus rumos, experiências, vivenciando a liberdade do ser o que se é, do que se sente ser, do que se pode ser.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade que se apresentou para nós aos poucos foi descortinando alguns gatilhos para a compreensão do processo de inserção das travestis na prostituição. Percebemos, então, que um dos fatores determinantes e mais frequentes para a inserção das travestis na prostituição está relacionado à condição socioeconômica. Além disso, por mais que no mercado de trabalho hajam vagas de emprego, as travas sofrem inúmeros preconceitos e são preteridas do tal mercado de trabalho. O preconceito sofrido primeiramente no âmbito familiar, a falta de oportunidade no mercado de trabalho e, principalmente, a necessidade de suprir sua sobrevivência, levaram e levam as travestis para rua, estrada, BR como única válvula de escape, alternativa única, para garantir sua sobrevivência com aquilo que lhes resta de seu, neste caso, seu próprio corpo colocado à venda.

Muitos são os caminhos a se descobrir nessas estradas que buscamos trilhar para avançar na possibilidade de analisar as determinações sociais, políticas, culturais e econômicas da inserção de travestis na prostituição no posto de gasolina às margens da BR-304 em Aracati-CE. Nesse sentido, pulsa em nós o desejo de aprofundar nossos estudos – iniciados na monografia –, de forma elaborar um perfil socioeconômico das travestis que se prostituem no posto de gasolina às margens da BR-304 em Aracati-CE de modo que possamos ter bases sólidas para assim desvendar as características que cingem o cotidiano de trabalho das travestis no posto de gasolina, buscando desta maneira compreender o significado sóciohistórico da prostituição de travestis no contexto brasileiro e para as travestis sujeitas desta pesquisa.

Em tempos de grandes retrocessos que vive nosso país, salientamos, pois, a urgência de enveredar por estudos que tratam de temáticas como estas que envolvem o estudo de gênero e sexualidades relacionados ao trabalho, como aporte para a universidade e para a sociedade enxergar vivências muitas vezes invisibilizadas, outras vezes esquecidas nos pontos e postos das BRs, que nas pressas do processo formativo

---

<sup>10</sup> Aqui queremos reforçar a necessidade do reconhecimento legal da prostituição como profissão, no sentido de garantir e a essas profissionais direitos civis enquanto trabalhadoras.

<sup>11</sup> Decreto 8727/16 | Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



atropelamos ou passamos tão rápido a ponto de estacionar nos mesmos assuntos tão discutidos.

Propomo-nos a lançar um novo olhar para esta parcela da sociedade: as travestis, elas são vidas e estão vivas transitando pelo país no submundo do trabalho e construindo alternativas de sobrevivência e autonomia que muito podem nos ensinar. Estudar isso no seio da academia é ter a oportunidade de transplantar para os livros e para a história informações de luta, resistência e autoafirmação, e deste modo contribuir para formar as bases de uma universidade atenta à comunidade e às transformações sociais que se gestam nos seus pormenores. Tal fato, para nós, assistentes sociais se reveste de especial importância por poder ampliar o leque de conhecimentos sobre este segmento da população que são nossas usuárias em diversos serviços, podendo desmistificar o signo da culpabilização destes sujeitos e fornecer conteúdo para uma prática, como assevera nosso Código de Ética, cada dia mais comprometida com os direitos dos usuários, com o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e livre, quiçá uma outra sociabilidade!

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, Míriam. **Paradoxo da Identidade: a Política de Orientação Sexual do Século XX**. Curitiba: Revista Social Política, 2000. p.163-171.

AMARAL, Thiago Clemente. **Travestis. Transexuais e mercado de trabalho: muito além da prostituição**. III Seminário Internacional Sexualidade. Salvador, 2013.

ALONSO, Augusto Hortal. **Ética das Profissões**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: o corpo e o Gênero das Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL, Ministério do Trabalho Emprego e Renda (MTE). Classificação Brasileira de Ocupação. **Profissional do Sexo**. Disponível em:

<<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 98 de 2003**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/114091.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 4211 de 2012**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=101282](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=101282)>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto 8.727 de 28 de abril de 2016**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/decreto/D8727.htm)>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Perlutan**. Disponível em:

<[http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila\\_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=11697102016&pIdAnexo=3047175](http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=11697102016&pIdAnexo=3047175)>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dadosestatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)>. Acesso 14 de setembro 2017.

- CUNHA, Thaís. **Rotina de Exclusão e Violência.** Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transexuais>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- DELGADO, G.N.; SANTOS, B. P.; MOREIRA, F. A. C. S. & OLIVEIRA, M. C.P. **Apontamentos Jurídicos Sobre Prostituição.** Escola Superior Dom Hélder Câmara. [S.I]: UFMG. Veredas do Direito Vol. 4 - Nº 7 - jan. a jun. 2007.
- LIMA, Tatiane Michele Melo. **A prostituição feminina no Brasil: da questão de polícia à construção de direitos.** Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- MENEGAT, Alzira Salete. **A Construção dos Corpos: Diálogos sobre Gênero, Classe e Raça.** São Paulo: Revista de Psicologia da UNESP, 2012.
- MEYER, Dagmar E. Estermann e PETRY, Analídia Rodolpho. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10. N. 1, p.193-198, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>>. Acesso em 07 ago. 2013.
- MISKOCI, Richard. **A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relação homoeróticas masculinas.** In XXX Internacional Congresso LASA, 2012, San Francisco.
- OLIVEIRA, Tibério Lima. **“MEU CORPO, UM CAMPO DE BATALHA”: a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Dissertação. Natal, 2016.
- SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. **A construção da identidade sexual: travestis, a invenção do feminino.** Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação n.2. Ilhéus: EID&A, 2012.
- SOUZA, Fátima Maressa Loureiro. **Alguns Reflexões a cerca de Gênero: uma perspectiva Marxista.** UECE, 2012.
- TEIXEIRA, Marlene Rodrigues. **Prostituição e Polícia: um estudo de Caso.** Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Tese. Brasília, 2003.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos.** Trad. Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.